

O poder dos «media» e o modelo do panóptico

Luís Humberto Marcos*

Resumo — O poder dos *media*, sujeito a seduções, controlo e disciplina, é analisado neste artigo segundo uma perspectiva que tem por base a concepção inovadora de Foucault sobre o poder.

O autor detém-se sobre o poder invisível que se articula com o saber e que, através dos *media*, vai impregnando a sociedade e ordenando os mecanismos de construção da «verdade» e da «realidade».

Os *media* são instrumentos e reflexo do poder/saber social. E transformaram-se em cumpridores da tecnologia disciplinar do panóptico de Bentham: substituem o controlo pelo autocontrolo, a vigilância pela autovigilância e a punição pela autopunição.

Há cerca de 30 anos, Bertrand Russel considerava que o conceito de poder era para as Ciências Sociais aquilo que o conceito de energia significava para a Física.

Muito antes de Russel, Montesquieu tinha falado nos poderes legislativo, executivo e judicial, trilogia que tem servido de baliza à maior parte das interpretações políticas. E Edward Burke, político irlandês, inimigo declarado da Revolução Francesa, insurgindo-se contra a Tribuna da Imprensa da Câmara dos Comuns apodou-a de Quarto Poder. «Vós sois o quarto poder»¹ — disse ele, pejorativamente, para os jornalistas. A tribuna da imprensa foi encerrada até ao seu falecimento, mas a designação da Imprensa como quarto poder tem perdurado até aos nossos dias.

Como caracterizar o poder dos *media*?

Trata-se de um «poder microfísico», um poder das fissuras, dos interstícios, que actua sem se ver?

Na sua concepção inovadora sobre o poder, Foucault diz-nos que para se compreenderem as relações de poder é preciso começar genealógicamente por baixo, analisando a forma como os mecanismos infinitesimais «foram e são invertidos, colonizados, utilizados, dobrados, transformados, deslocados, estendidos, etc., por mecanismos mais gerais e por formas de dominação global»².

* Psicólogo, director do Centro de Formação de Jornalistas do Porto. Bolseiro do INIC.

Segundo Foucault, o poder não é qualquer coisa que vem de cima. Ele exerce-se tanto sobre dominadores como sobre dominados e envolve um «processo de autoformação e de autocolonização»³. O poder «está em toda a parte; não porque engloba tudo, mas porque vem de toda a parte»⁴.

O poder não é, pois, uma simples força exterior que «organiza interações locais», nem é a totalidade das interações individuais, já que é o próprio poder que produz quer as instituições, quer os indivíduos. O poder é uma matriz geral de relacionamentos de forças, com dispositivos e estratégias específicas que o saber tece.

Poder, saber e verdade

Ao relacionarmos o poder com o saber entramos num domínio caro a Foucault. As relações de poder-saber são «matrizes de transformação»⁵. Por isso mesmo, tais relações devem ser pensadas «de forma indivisa»⁶. Existe, diz Foucault, «uma perpétua articulação do poder sobre o saber e do saber sobre o poder»⁷. Clarificando melhor esta ideia, diremos, como o filósofo francês, que «não há relação de poder sem contribuição correlativa de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua as relações de poder»⁸.

Esta articulação feita de forma imperceptível entre o poder e saber constitui, do nosso ponto de vista, o aspecto mais significativo, apesar de menos refletido, da actuação dos *media*. Historicamente é em paralelo com a massificação do discurso dos *media* que ocorre a diluição do poder absoluto e a emergência de dispositivos cada vez mais imperceptíveis e microscópicos de poder. O campo dos *media* é um terreno de fronteiras indefinidas onde se cruzam saberes e manifestações de diversos poderes. O discurso dos *media* não só veicula como produz poder e tende a impor-se como a verdade social que se vai infiltrando lenta e subliminarmente nos cidadãos.

Com efeito, o problema do poder não se articula só com o do saber, mas também com a problemática da verdade. «A verdade não está fora do poder, nem existe sem poder»⁹. A verdade está directamente relacionada com o regime discursivo e com os efeitos de poder do próprio jogo enunciativo. Tudo depende dos «jogos de linguagem» e das «regras de uso», para utilizarmos a linguagem de Wittgenstein.

Cada sociedade tem um regime próprio de verdade e até mesmo uma «política geral» de verdade, como assinala Foucault. Que discursos acolhe, categorias de verdadeiro e falso, forma de sancionamento dos discursos, técnicas e processos utilizados para a obtenção da verdade, quem define o que é verdadeiro, qual o seu estatuto — são temas daquela política. Segundo Foucault¹⁰ há cinco aspectos historicamente importantes que caracterizam a «economia política» de verdade das nossas sociedades:

- a) A verdade está centrada no discurso científico e em instituições que a produzem;

- b) A verdade está submetida a uma incitação económica e política constantes;
- c) A verdade é objecto de larga difusão e consumo quer através dos circuitos da Educação, quer da Informação;
- d) A verdade é produzida e transmitida sob o controlo dominante de grandes aparelhos como as universidades, os exércitos, os *media*;
- e) Por fim, a verdade é o convite de todo um debate político e de todo um confronto social.

Continuando na linha de Foucault, a verdade não significa o conjunto das coisas verdadeiras que há que descobrir ou «impor», mas sim «conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se aplica no verdadeiro efeitos específicos de poder»¹¹.

Este conjunto de regras que rege a verdade não será em grande parte resultante dos *media*? Da sua actuação lenta, intersticial? Conforme sublinha Foucault¹² o conjunto de regras que define a verdade é regulado pela produção, pela lei, pela repartição, pela circulação e funcionamento dos enunciados. Sobretudo dos *media*? Acrescenta o filósofo francês que «a verdade está ligada circularmente a sistemas de poder que a produzem e a sustentam e a efeitos de poder que induz e a prorrogam»¹³

Digamos que há uma produção disciplinar de verdade, ligada aos «rituais meticulosos do poder», que passa, de forma cada vez mais incisiva, pelos *media*. São eles que hoje «constroem o teatro das práticas sociais¹⁴ e que «dão fundamento à identidade e à acção individual e colectiva»¹⁵.

Estamos a falar de um poder simbólico que produz real e verdade. De um poder que, diz Deleuze interpretando Foucault, também «produz o verdadeiro antes de ideologizar, antes de abstrair ou mascarar»¹⁶. O poder, este poder de que estamos a falar, joga-se na interiorização de regras e valores e na criação de consensos cada vez mais latos no domínio da esfera pública. Trata-se de um poder que se insinua através de aparelhos e instituições que produzem saber, verdade e norma.

Neste sentido, poderemos falar na existência de uma tecnologia disciplinar que se exerce através de «rituais meticulosos de poder» e que foi ilustrada por Foucault tendo por base o modelo do panóptico de Jeremy Bentham.

Características do panóptico

A tecnologia disciplinar evidenciada pelo panóptico é um instrumento exemplar para a compreensão do funcionamento do poder normalizador social e dos dispositivos de instituição da verdade. Para a compreensão do poder dos *media*.

O panóptico — estrutura de prisão ideal com uma torre central que permite «ver (os presos) sem ser visto» — é para Foucault, um modelo polivalente nas suas aplicações. Trata-se de um «modelo generalizável

de funcionamento; de uma maneira de definir as relações de poder com a vida quotidiana dos homens»¹⁷. Mais: «é o diagrama de um mecanismo do poder elevado à sua forma ideal... é, de facto, uma figura da tecnologia que se pode e que se deve destacar de todo o uso específico»¹⁸.

De acordo com análise foucaultiana, o panóptico não é, pois, um projecto idealista de reforma da sociedade. É, antes, um diagrama aplicável a inúmeras instituições e problemas.

A sua engenhosa estrutura arquitectural — projectada no século XIX por Bentham, introdutor da deontologia como «ciência da moralidade» — permite um controlo quase absoluto sobre as células dos presos (dispostas em círculo) a partir da torre instalada no pátio central. As células, analisa Foucault, são «pequenos teatros onde cada autor é único, perfeitamente individualizado e constantemente visível»¹⁹. Visível exclusivamente para o vigilante que «vê sem ser visto». Trata-se de um poder «contínuo, disciplinar e anónimo»²⁰.

A impossibilidade dos prisioneiros verem o vigilante constitui o dispositivo mais genial desta arquitectura, pelo poder que exerce sobre os detidos. O efeito do panóptico, sublinha Foucault, é induzir no preso um estado consciente e permanente de visibilidade. Como nunca sabe quando está a ser mirado, o prisioneiro torna-se vigilante de si mesmo. A tecnologia disciplinar do panóptico reúne o poder, o saber e o controlo dos corpos e do espaço. Para além do controlo que exerce sobre os indivíduos, o panóptico serve também de «laboratório de transformação». Podemos assim dizer que o panóptico é uma componente de poder moderno. Enquanto nos regimes monárquicos a maior visibilidade era privilégio do soberano, hoje ela é dirigida para aqueles que é necessário disciplinar, observar, compreender.

O panóptico não é pois um símbolo do poder, não tem significações profundas, escondidas; é, antes, «uma forma de transparência» e tem como função «reforçar o controlo». A tecnologia do modelo de Bentham exemplifica a tendência do poder para ser despersonalizado, difuso, relacional e anónimo, englobando um número cada vez mais importante de aspectos da vida social²¹.

Modelo exemplar do poder disciplinar, o panóptico tem como característica principal a aptidão de: promover eficazmente a expansão do poder; proporcionar o seu exercício com pouca gente e poucos custos; disciplinar os indivíduos agindo sobre as suas «almas», com a menor violência aberta possível; aumentar ao máximo a visibilidade daqueles que submete ao controlo; e finalmente envolver, no seu funcionamento, os que estão relacionados com o aparelho de poder²².

Todos estes aspectos dão conta da rede meticulosa das relações de poder que se gerem e que operam não num local concreto, num homem, num aparelho ou numa instituição, mas que são fruto do fluxo e refluxo correlativo de várias «sinapses» que interligam o corpo, o espaço, o poder e o saber. «O poder não se constrói a partir de 'vontades' (individuais ou colectivas)... o poder constrói-se e funciona a partir de poderes, de multitudes de questões e de efeitos de poder»²³.

Trata-se de um poder capilar, aquele que o panóptico exprime. Um poder que normaliza o corpo social.

O panóptico constitui, pois, um conjunto de dispositivos que regulam a tecnologia disciplinar moderna, associando «a produção de indivíduos úteis e dóceis à de populações controladas e eficazes»²⁴.

O panóptico e os «media»

Qual o papel dos *media* neste conjunto de dispositivos? Em que medida constituem uma tecnologia de normalização social? De que forma agenciam «os corpos e as almas»? Qual a relação dos *media* com o modelo de Bentham?

Primeiramente, numa análise histórica, verificamos que o grande desenvolvimento da Informação, a sua massificação, ocorre no séc. XIX, altura em que se dá também a ruptura, iniciada no séc. XVIII, de diversos mecanismos e estruturas centrais de poder. Curiosamente é também contemporâneo do projecto do Panóptico. A diluição dos centros absolutos de poder e o alastramento de dispositivos cada vez mais imperceptíveis e microscópicos de poder ocorre paralelamente ao crescimento da imprensa, depois da rádio e a seguir à TV.

A verdade dos novos poderes, do poder menos repressivo e mais persuasivo, do poder que se impõe pela estratégia do prazer e não pela estratégia da dor, essa «verdade» encontra nos *media* uma das tecnologias principais de transmissão, de produção e de reprodução.

O poder e o saber articulam-se no discurso. Os *media* são as principais máquinas do discurso da actualidade.

Tendo em consideração a análise de Foucault sobre o «poder pastoral» e o «poder político» e, sobretudo, a forma como este no Estado moderno absorveu a velha técnica das instituições cristãs, não será descabido dizer que os *media* foram integrando progressivamente, à medida do seu desenvolvimento, características do «poder pastoral». Hoje a televisão é o grande templo da ritualidade moderna. Templo da representação, da verdade e da legitimidade social também.

Local, por excelência, da socialização, do desejo do sacrifício e da morte, os *media* exercem um poder cultural profundo: delimitam a legitimidade das ideias que circulam no tecido social e ao mesmo tempo coloca-as em circulação, num processo complexo de implicações e interferências diversas. Paul Beaud assemelha-as a um tribunal. «Tribunal das palavras e das ideias» assim designa os *media*, considerando que eles não instruem senão «processos de convivência»²⁵.

O discurso dos *media* é um discurso ordenador dos corpos, feito de murmúrios, de anonimatos, de consensos. Expressões do tipo «diz-se que», «consta que», «parece que», etc., são características do discurso modalizante dos *media*. Não se trata obviamente de um discurso «neutro», «objectivo», mitos com que se caracteriza ainda a enunciação jornalística. Diz-nos Roland Barthes: «sempre que se quer ser neutro, objectivo, tenta-se copiar minuciosamente o real, como se o analógico

fosse um factor de resistência ao investimento de valores»²⁶. Mais: «a referência (na ideologia do nosso tempo) obsessiva ao concreto está sempre armada como uma máquina de guerra contra o sentido»²⁷.

São os *media* que, através do seu discurso, orientam e organizam a interpretação da realidade. «Os *media* não descrevem acontecimentos ou processos» — afirma Quéré²⁸, acrescentando que eles retiram, dos acontecimentos, «fragmentos com que instituem o real, pondo-os em cena, introduzindo-os nos esquemas pré-construídos em que sentem coerência»²⁹.

Para além da parte que põe em jogo o poder e o desejo, o discurso dos *media* comporta processos internos que exercem o seu próprio controlo, processos de ordenamento, distribuição, classificação, selecção, etc. As recentes pesquisas nos domínios do *agenda-setting* e do *newsmaking* dão conta das relações poder/saber que fazem dos *media* a grande fábrica de construção do real.

Fazer do discurso dos *media* uma expressão do domínio técnico tem sido uma particularidade da «retórica da tecnicidade», iniciada no século XIX com a grande massificação da imprensa. Os mitos da neutralidade, da objectividade («os factos são sagrados») e da verdade («o jornalista deve dizer a verdade e nada mais que a verdade») entroncam na mesma época. Todos estes mitos tendem a esvaziar a ideologia do discurso dos *media*, subordinando-o apenas aos imperativos técnicos. Pretende-se, desta forma, fazer da informação uma racionalidade que escape quer ao político, quer ao económico. A pretensão do discurso técnico não é, todavia, mais que um recurso aos dispositivos panópticos.

Os *media*, quer como instrumento, quer como caixa de ressonância de múltiplas instâncias de negociação e de debate, quer ainda como meio de subordinar a política à técnica, têm um papel ideológico essencial. Produzem sentido. Orientam e organizam a interpretação da «realidade». Produzem o «real» e o símbolo. Na sociedade actual pode dizer-se que os dispositivos simbólicos do poder emanam dos *media*. Vivemos na sociedade dos símbolos, na «era dos simulacros».

A televisão é, por excelência, o meio que melhor simula a participação social, a integração na «representação» colectiva. Com a sua tecnologia inconofonográfica, a TV produz, através dos instrumentos de informação e de controlo, um verdadeiro efeito de participação por delegação.

«O uso aperfeiçoado, inteligente e avançado dos meios de comunicação de massas apresenta-se como... um grande estabilizador, um hábil e quase perfeito governante de massas³⁰.» É este poder/saber governar — deslocado de aparelhos e instituições específicas para os da representação para a simulação (Baudrillard) — que faz dos *media* um dispositivo panóptico.

Como órgãos activadores do «princípio de publicidade» de que fala Habermas, os *media* não operam só aos níveis institucional e organizacional da sociedade. Determinam «uma certa prova do poder e do saber constitutivo do laço social e da identidade colectiva»³¹. Os *media* são certamente os principais agentes da «ficção da representação» em que nos

movemos, ficção essa que é correlativa da tecnologia disciplinar identificado por Foucault.

O poder microscópico dos «media»

Os *media* são um poder que actua microscópica e imperceptivelmente. A par da partilha da informação, engendram o isolamento e o controlo. Directa ou intermediariamente ditam as normas do comportamento social e fazem os seus receptores agirem como se estivessem a ser vistos. Invisivelmente.

Há um novo regime de visibilidade social, marcado de forma pregnantemente pelos *media*. Como características deste novo regime podem apontar-se: a exclusão da mediação objectiva, a abolição entre o parecer e o ser, entre os elementos retirados da observação empírica que os liga³².

Os *media*, predominantemente a TV, promovem uma nova modalidade de estar em público: observar silenciosa e passivamente; observar o observado pelos jornalistas, pelas câmaras da TV. A Televisão simula o diálogo permanente e faz dele, como afirma Quéré³³ um modelo da relação social, abolindo, por um lado, as clivagens tradicionais da representação entre o discurso transcendental e o indivíduo que o faz e, por outro, a separação entre a cena e o público. Trata-se de uma «ficção operacional» que engendra a «ilusão de entre nós»³⁴. À mesa dos *media* sentimo-nos todos «entre nós».

A simulação que os *media* utilizam como instrumento de instituição do real repousa em várias «identificações fictícias: entre narrador e poder, entre narrativa e real, entre poder e história, entre narrador e público e, finalmente, entre poder e público»³⁵. Trata-se de uma simulação que se aplica sobretudo ao narrador jornalístico que funciona como «duplo fictício», simultaneamente do público e poder. Esta duplicidade é muitíssimo bem caracterizada por Quéré que para o efeito se apoia em L. Marin. Diz Quéré que o jornalista, fazendo a narrativa de tudo o que vê fazer, dizer e pensar ao poder, se coloca ficticiamente no seu lugar para tomar conta do surgimento da história: ele instala-se no seu ponto de vista que é também ponto de origem. Agindo assim, o jornalista promove dois tipos de fenómenos: por um lado, substitui-se ao poder e, mais globalmente aos agentes históricos; por outro lado, produz o público como simulacro³⁶. Toda a acção do jornalista se transforma, assim, em efeito de representação.

No tocante aos *media*, o dispositivo panóptico pode ser analisado a três níveis:

- a) Difusão e orientação de ordens, ordenamentos e categorizações;
- b) Isolamento espacial dos cidadãos provocado pelo usos ritualizado e individualizado dos *media*;

c) Alargamento do grau de visibilidade dos cidadãos, provocando-lhes o efeito de «vigilantes de si mesmos».

Quanto ao primeiro nível, os *media* cumprem o seu papel de difusor dos poderes e saberes sociais, exercendo ao mesmo tempo uma função divulgadora e orientadora de categorias, de modelos e de comportamentos. Mais pela mimesis que pela catarsis. Norma e conhecimento correlacionam-se, co-agem. A sua correlação é equivalente a dois regimes concomitantes de visibilidade social: um assegura «a ostentação das capacidades da Razão para conhecer a verdade impressa no real e para definir a justeza das normas» e o outro «garante solidariamente a eficácia ao nível da determinação das práticas sociais»³⁷. Os *media*, como instrumento e reflexo dos jogos do poder/saber social, agenciam os corpos. Hoje, deveremos falar mais numa «logística do discurso» que numa «logística militar». Isto é, a guerra e a paz (resultante de poderes e de ordens) jogam-se mais no plano da discursividade dos *media* que no campo de batalha.

Em segundo lugar, o regime microcelular do espaço urbano, associada ao dispositivo individualizante dos *media*, sobretudo da TV, simulando o dom da ubiquidade e da omnipresença, mas adensando a solidão, constitui uma outra componente do modelo disciplinar do panóptico. «Os *media* — diz Sennett — encarnam o paradoxo de um espaço público vazio, isto é, o paradoxo do isolamento e da visibilidade»³⁸.

Por fim, o dispositivo especular dos *media* utilizado na reprodução do «real», facultando o espelhismo e dando a impressão de que satisfazer os «modelos» é cumprir a «vontade social» substitui a punição pela autopunição, o controlo pelo autocontrolo e a vigilância pela autovigilância. Os dispositivos dos *media* induzem nos cidadãos um «estado consciente e permanente de visibilidade». Trata-se de um poder «contínuo, disciplinar e anónimo». Um poder capilar que se infiltra nos corpos. «O poder modela os corpos, coordena-os, submete-os às autoridades invisíveis»³⁹. Poder da armadilha invisível.

O funcionamento dos *media*, como componente normativa e suporte instrumental da ficção da representação, preenche assim os objectivos da arte disciplinar analisada por Foucault. Objectivos que Louis Quéré sintetizou desta forma:

«Transformar o campo social em campo de visibilidade, constranger os comportamentos dos indivíduos pelo jogo do olhar, fazer crer que estão permanentemente sujeitos à visão de um poder e ao controlo de um saber»⁴⁰.

Hoje, o panóptico não é uma arquitectura. É um dispositivo, um diagrama, um modelo exemplar do poder disciplinar da sociedade. Os *media* podem ser vistos como componentes das tecnologias disciplinares das sociedades modernas. Constituem uma tecnologia que «reparte, seria, compõe e normaliza» a realidade social e que isola e submete os utilizadores.

Por tudo isto poderemos concluir, com propriedade, que os *media* são o principal panóptico da actualidade.

Notas bibliográficas

- ¹ Angel Benito, *La socialización del poder de informar*, Madrid, Pirâmide, 1978, p. 16.
- ² M. Foucault, citado por Fodel, Remo, in «Foucault: pouvoir, politique et maîtrise de soi», Paris, *Rev. Critique*, n.º 471-472, Agosto-Setembro 1986, p. 899.
- ³ H. Dreyfys e P. Rabinow, *Michel Foucault, um parcours philosophique*, Paris, Gallimard, 1984, p. 276.
- ⁴ M. Foucault, *A vontade de saber*, Lisboa, Ed. António Ramos, 1977, p. 97.
- ⁵ Idem, p. 203.
- ⁶ M. Foucault, in «Políticas de Filosofia», Châtelet *et al.*, Lisboa, Moraes, 1977, p. 151.
- ⁷ Idem, p. 139.
- ⁸ M. Foucault, *Surveiller et punir*, Paris, Gallimard, 1975, p. 32.
- ⁹ M. Foucault, *Un diálogo sobre el poder*, Madrid, Alianza Ed., 1985, p. 143.
- ¹⁰ Idem, pp. 143-144.
- ¹¹ M. Foucault, *Um diálogo sobre el poder*, Madrid, Alianza Ed., 1985, p. 144.
- ¹² Idem, p.145.
- ¹³ Idem, p.145.
- ¹⁴ L. Quéré, *Des miroirs équivoques*, Paris, Aubier, 1982, p. 154.
- ¹⁵ Idem.
- ¹⁶ G. Deleuze, *Foucault*, Lisboa, Vega, 1987, p. 51.
- ¹⁷ M. Foucault, *Surveiller et punir*, p. 206-207.
- ¹⁸ Idem.
- ¹⁹ Idem, p. 202.
- ²⁰ Dreyfys e Rabinow, *op. cit.*, p. 271.
- ²¹ Idem, p. 275.
- ²² Idem, p. 275.
- ²³ M. Foucault, entrevista a Lucette Finas, *Rev. La Quinzaine*, Jan. 1977.
- ²⁴ Dreyfys e Rabinow, *op. cit.*, p. 276.
- ²⁵ P. Beaud, *La société de connivence*, Paris, Aubier, 1984, p. 293.
- ²⁶ R. Barthes, *O óbvio e o obtuso*, Lisboa, Ed. 70, s. d., p. 16.
- ²⁷ R. Barthes, «O efeito do real», in *Leitura e Semiologia*, vários autores, Petrópolis, Ed. Vozes, 1972, p. 41.
- ²⁸ L. Quéré, *op. cit.*, p. 154.
- ²⁹ Idem, p. 154.
- ³⁰ F. Colombo, «Television: la realidad como espectáculo», Barcelona, Gustavo Gili, 1976, p. 23.
- ³¹ Louis Quéré, *Des miroirs équivoques*, Paris, Aubier, 1982, p. 86.
- ³² R. Sennett, *Les tyrannies de l'intimité*, Paris, Le Seuil, 1979, p. 220.
- ³³ *Op. cit.*, p. 110.
- ³⁴ *Op. cit.*, p. 110.
- ³⁵ Idem, p. 164.
- ³⁶ Idem, p. 164.
- ³⁷ Idem, p. 97.
- ³⁸ *Op. cit.*, p. 220.
- ³⁹ R. Bodel, *Rev. Critique*, n.º 471-472, Agosto-Setembro 1986, p. 910.
- ⁴⁰ *Op. cit.*, p. 97.